

Sarney queixa-se de incompreensão

CARLOS CHAGAS

"Quem governa deve ter presente o sentido da História. Sei que ela me fará justiça por seguir os caminhos que venho seguindo, especialmente a opção tomada pelo social e a preocupação com os pobres."

A observação, quase um desabafo, é do presidente José Sarney. Foi feita terça-feira à tarde, em demorada conversa com Fernando César Mesquita, transformado de porta-voz em ouvidor-geral do governo. O jornalista ouviu muita coisa do presidente, aliás, pouco afeito a esse tipo de prática. Raras vezes Sarney abre guarda e alinha queixas e reclamações. É do tipo que não se abre, e, muito menos, explode. Costuma guardar para o travesseiro os dissabores, os problemas, os conflitos e confrontos.

Para o presidente, como disse, há muita incompreensão por parte de determinados setores da vida nacional diante das dificuldades econômicas e do comportamento do governo a respeito delas. O empresariado, ou parte dele, encastela-se na defesa absoluta de seus interesses sem atentar que a melhor forma de manter em funcionamento o sistema capitalista é através de aberturas sociais. Isso ocorre nas principais democracias do Planeta. Por outro lado, não parece mais possível ao Brasil seguir adiante com a maioria de seus cidadãos participando tão pouco da renda nacional. O grande mérito do Plano Cruzado I foi esse: despertou mais de 30 milhões de brasileiros que passa-

ram a consumir o que jamais tinham consumido. Aconteceram percalços. Diversos fatores pesaram e obstacularam o desenvolvimento da estratégia inicial, mas ela continua válida e deve ser reconhecida pelo seu aspecto positivo. Faria tudo de novo, se a situação se repetisse. Por isso dedica-se com extrema cautela às discussões e entendimentos relativos às novas medidas econômicas. O ponto central está na rejeição de iniciativas capazes de levar o País à recessão, já que a grande massa assalariada seria a primeira a ser atingida.

É muito fácil, acrescentou Sarney, criticar e atirar pedras no governo, mas não deixa de ser estranho que uma parcela do empresariado exija até com rispidez atos e soluções oficiais em seu favor, quando enfrentam dificuldades, mas pregando o afastamento do Estado quando as coisas vão bem para eles. Esse espírito tem sido uma constante no Brasil. Mas acabou, e muitos não percebem, a época do "laissez faire, laissez passer", do capitalismo selvagem. O papel do Estado é essencial não apenas para corrigir desníveis sociais e amparar a parte menos favorecida. Torna-se imprescindível, também, para ordenar e dar as diretrizes gerais do desenvolvimento nacional. Bem que ele gostaria se as empresas privadas assumissem uma série de encargos hoje onerando o governo e fazendo aumentar o déficit público, mas, na hora de ser operada a privatização, têm faltado candidatos. Ou, se aparecem, querem que o Estado financie tudo.

Os reclamos e as queixas presidenciais não se fazem sob sentido pessimista ou sinistro. Pelo contrário, ele mantém o otimismo e acredita na superação dos impasses. A compreensão e o diálogo precisam estar presentes em todas as horas. Interna e externamente, aliás. Ficou satisfeito com o diagnóstico feito pelo empresário americano Malcom Forbes, que recebeu também na terça-feira. Disse o visitante que qualquer credor inteligente sabe que terá de renegociar os juros pagos pelo Brasil, porque o País atravessa um período passageiro de dificuldades. O tema está sendo examinado pelo comando econômico-financeiro e levado aos credores externos.

Conforme o depoimento de Fernando César Mesquita, Sarney está confiante em que as medidas surtirão efeito e que, sem ceder à recessão, breve estará interrompido o surto inflacionário. As iniciativas serão tomadas de acordo com a conjuntura e as necessidades, expurgado delas o perigoso sentido adquirido pelos chamados "pacotes". Antigo integrante da extinta UDN, cujo lema era "O preço da liberdade é a eterna vigilância", ele se anima a parafraseá-lo. "O preço do desenvolvimento é a eterna determinação", poderia dizer.

Não vê alcapões intransponíveis na trajetória da Nova República e tem certeza do apoio político-partidário ao governo, não a ele, pessoalmente, mas a um esforço que precisa ser comum a todos.



Senadores do PFL queixam-se a Sarney de que o PMDB os discrimina

Presidente espera fim da crise

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Na audiência concedida aos senadores do PFL, ontem à tarde, o presidente José Sarney, descontraído, assegurou que a crise atual será superada em breve e, apesar das dificuldades, não há situação catastrófica. Dirigindo-se ao senador Afonso Arinos (RJ) e invocando seu testemunho, o presidente fez referências à oposição que fazia Carlos Lacerda na década de 50, anunciando, sempre, que o Brasil estava "à beira do abismo".

"O Lacerda dizia e repetia que iríamos todos para o abismo. Mas o País nunca caiu no abismo e dizíamos isso a ele. Com sua presença de espírito, Carlos Lacerda respondeu: 'Não caímos no abismo por que roubaram o abismo...'" — contou o presidente.

Depois de ouvir a leitura do documento do PFL, com proposta sobre a dívida externa e questões econômicas internas, Sarney reafirmou sua convicção de que o País logo vai superar suas atuais dificuldades. Citou, inclusive, o grande número de empresas — cerca de 400 — que apresentam em seus balanços excelente situação. "O País ganhou mais de 33

milhões de consumidores. O desemprego continua caindo. Por isso mesmo, o Plano Cruzado não vai acabar" — garantiu o presidente.

Os senadores Divaldo Suruagy (AI), José Agripino (RN), Odacir Soares (RO), entre outros, afirmaram que o PFL mantém sua confiança no governo, mas não pode deixar de reclamar do seu parceiro da Aliança Democrática: "O PMDB continua tratando mal o PFL. Os ministros do PMDB continuam discriminando os parlamentares do PFL conversando, trocando informações apenas com os deputados e senadores do PMDB".

O presidente Sarney foi informado de que domingo, em Brasília, a bancada do PFL no Senado terá reunião com a Comissão Executiva Nacional, "para discutir a situação do partido".

SUGESTÕES

O líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli (RS), leu para o presidente da República documento sobre a dívida externa e a situação sócio-econômica do País. O PFL propôs que o presidente do Banco Central, por exemplo, tenha sua indicação submetida ao Senado, com mandato fixo de quatro anos — podendo ser renovado por igual período, ouviu o Senado. Outra sugestão:

Os diretores de instituições financeiras oficiais, após deixarem suas funções, ficarão impedidos de ocupar cargos em empresas particulares pelo dobro do tempo em que serviram aos órgãos oficiais.

O PFL sugeriu, ainda, a reativação do processo de desestatização de empresas, que parece ter caído no esquecimento. "O governo prometeu privatizar mais de 40 empresas e até agora não se conhecem os resultados dessa providência" — comentou um dos participantes da audiência no Planalto.

Os senadores solicitaram, também, preços mínimos para os produtos agrícolas "compatíveis com a realidade", e, ainda, medidas capazes de limitar a remuneração na captação de recursos — open, por exemplo.

De maneira discreta, o PFL mostrou ao presidente Sarney que, para apoiar as novas medidas econômicas anunciadas, o partido precisa conhecê-las antes, discutir cada uma delas e equacionar suas conseqüências. O presidente, concordando, disse que o líder Carlos Chiarelli tem sido informado dos estudos e, naturalmente, deve estar informando seus liderados.